008ª SESSÃO ORDINÁRIA 19FEV2020

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando a alteração da ordem dos trabalhos para que passemos, imediatamente, ao período de Pauta. Após, retornamos à ordem normal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.
Passamos à

PAUTA

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que nos dão o prazer de suas visitas aqui para acompanhar os trabalhos de hoje, eu tenho sugerido a esta Casa dois projetos de lei que estão em 2ª Sessão de Pauta que eu gostaria aqui de fazer referência. O primeiro deles é um projeto de lei de autoria da minha colega Margarete Moraes para conceder o título de Cidadão de Porto Alegre ao Sr. Rogério Favreto, Desembargador da 4ª Região do Brasil, uma pessoa que tem postura, meus amigos visitantes, ele enfrenta e defende a Constituição antes de qualquer celeuma de posição política ou preferência política. A Constituição é de todos os brasileiros. Então eu quero cumprimentar a Ver.ª Margarete Moraes por esta indicação.
O segundo projeto, de nossa autoria, propõe uma adequação numa legislação já existente, uma lei aprovada por nós aqui, que foi que foi promulgada em 19 de junho de 2012. Esta lei constituiu, como integrante do patrimônio cultural do município de Porto Alegre, a Associação Comunitária Amigos e Moradores do Bairro Cidade Baixa e Arredores – Mocambo. A Mocambo é uma comunidade negra que se mantém na Cidade Baixa desde a constituição e a construção da cidade de Porto Alegre, desde quando existia, Ver. Paulo Brum, a Ilhota aqui na região, bem próxima de onde estamos, ali no Viaduto dos Açorianos,

em direção ao arroio Dilúvio. Ver. Reginaldo Pujol, talvez tenha sido uma das suas primeiras atividades públicas. Quando se construiu a Restinga, muito desse povo que morava ali na região foi transferido para a Restinga, mas a associação comunitária Mocambo continua e é patrimônio cultural. Como o prefeito municipal tem um decreto que identifica aquela área, e nós, quando aprovamos a lei, referenciamos esse decreto, que era um decreto do então prefeito João Verle, o atual prefeito faz uma adequação do decreto. Bom, se mudou o decreto, nós estamos sugerindo a adequação do novo decreto à lei já existente, simplesmente para que possamos dar continuidade. Já que estamos falando na Cidade Baixa e se aproxima o tema do carnaval, ontem nós realizamos, na CECE, com a coordenação do nosso presidente Alvoni, mais uma reunião para tratar do carnaval descentralizado, e, por incrível que pareça, Ver. Reginaldo Pujol, nós estamos na semana do carnaval, mas ainda o calendário do carnaval descentralizado e mesmo os recursos para isso são uma incógnita. Veio aqui ontem a Secretaria de Relações Institucionais, com a chefe de gabinete do secretário Christian, que não nos trouxe uma resposta definitiva. Nesse sentido, Ver. Reginaldo Pujol, quero agradecer aqui o encaminhamento do requerimento que fizemos para convidar o secretário e eu convido todos os colegas vereadores e vereadoras, pois tanto a Secretaria de Relações Institucionais, como a Secretaria de Cultura, voltarão aqui amanhã, às 17h, para trazer um retorno das agendas do carnaval, como também o retorno da aplicação das emendas impositivas construídas aqui nesta Casa. Um grande abraço e muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Quero registrar o passamento da Srs. Maria Ieda Magalhães Fraga, avó do Ver. Pablo Mendes Ribeiro. Solicito que façamos um minuto de silêncio em homenagem póstuma.

Vereador Adeli Sell (PT) (Requerimento): Nós nos somamos a essa questão e queremos agregar a perda da ex-Vereadora Ana Godoy, que V. Exa. já declarou luto, mas faríamos então um minuto de silêncio juntos, e também o passamento do grande livreiro de Porto Alegre, sobre o qual falarei em seguida, que é o Rui Gonçalves, o conhecido Rui da Palmarinca. E também do jornalista José Walter, que foi servidor desta Casa no final da

década de 90. Então, em recordação a essas pessoas, requeiro que agreguemos as homenagens a esse minuto de silêncio proposto por Vossa Excelência.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ao Vereador Pujol, nossa saudação, aos colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores, uma saudação especial à família taxista que mais uma vez está aqui no plenário para acompanhar uma discussão importante, uma votação importante que faremos hoje, pois já há um diálogo com os técnicos e profissionais da Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC. Casualmente, senhoras e senhores, em primeira sessão de pauta nós temos dois projetos do Executivo que tratam de critérios de utilização de isenções tarifárias no transporte coletivo, e temos um outro projeto que fala do sistema. As senhoras e os senhores lembram que no final do mês de janeiro houve um chamamento a duas sessões extraordinárias para discutir seis projetos do Executivo, e que por pressão da população, pressão dos vereadores, nós constituímos uma maioria para que esses projetos não fossem analisados naquele momento, mas como hoje nós estamos no dia 19 de fevereiro, nós estamos discutindo em primeira sessão de pauta dois deles, ou seja, o tempo está dando razão ao nosso movimento, às nossas atitudes. Ao discutirmos esses projetos, nós vamos retomar alguns temas que ficaram no ar e mal resolvidos no ano passado. O governo municipal começou a atacar o sistema de táxi, penalizando o sistema com taxas como a TGO, exorbitantes; os aplicativos deveriam pagar a mesma coisa, mas, infelizmente, por uma ação de um colega parlamentar, isso está judicializado e eles estão com as mãos livres. Digo mais: os senhores têm um conjunto de despesas; das empresas que deveriam pagar Imposto Sobre Serviços – ISS, apenas um aplicativo está pagando, porque os outros dois alegam que não têm sede, não têm escritório aqui. A nossa visão, sob o ponto de vista de uma análise jurídica, que nós sabemos que tem controvérsias – eu sempre me valho de um assessor, de um colega meu

que está aqui –, é de que tem brecha para que essa visão prospere, mas nós também temos uma leitura que alguns juristas estão fazendo de que, como o fato gerador se dá nos limites de Porto Alegre, o ISS deveria ser pago aqui, independentemente de onde é a sede da empresa. Para que isso fique claro, tem um projeto no Congresso Nacional, para deixar isso delimitado. Portanto, a peleia continua e continuará muito forte.

Esses projetos que nós vamos analisar em seguida nós vamos debater e haverá uma audiência pública no dia 5 de março, os senhores serão comunicados – provavelmente será nesse recinto aqui, também serão comunicados do horário.

Eu queria concluir para dizer o seguinte: daqui a pouco voltamos ao debate sobre a chamada Lei da EPTC, onde haverá uma emenda do nosso colega Ver. Janta que trata da postergação da troca da cor do táxi. Também o colega Freitas apresentou um projeto – eu tive o privilégio de ser o relator –, foi aprovado ontem que não entraria, portanto, em vigor no dia 8 de junho, mas, sim, quando houvesse a efetiva troca do automóvel.

Uma saudação a todos e que juntos possamos construir um sistema municipal de transporte coletivo com ônibus, com lotação, com transporte individual de passageiros, como é o caso do sistema de táxi, que vive, sobrevive e luta no mundo inteiro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Luciano Marcatônio solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 19 a 21 de fevereiro de 2020. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A Mesa declara empossado o Ver. Mario Manfro, nos termos regimentais, em razão da impossibilidade de o suplente Comissário Rafão Oliveira assumir a vereança, que integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

O Ver. Clàudio Janta solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 19 a 21 de fevereiro de 2020. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A Mesa declara empossado o Ver. Ramalho Santos, nos termos regimentais, em razão da impossibilidade de os suplentes Giovane Byl, Toninho do Taxi e Vilmar Fraga da Silva assumirem a vereança, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

O Ver. João Bosco Vaz solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 19 a 20 de fevereiro de 2020. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em razão da Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Ricardo Gomes, no período de 17 a 20 de fevereiro de 2020, a Ver.ª Fernanda Jardim, empossada no gabinete da presidência no dia 17 de fevereiro de 2020, substituirá o Ver. Ricardo Gomes, em razão da impossibilidade de o suplente Matheus Ayres assumir a vereança, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

Apregoo declaração da Ver.ª Fernanda Jardim (Lê.): "Declaro que estou desfiliada do Partido Progressista e estou filiada ao DEM, desde novembro de 2019."

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Pujol. Eu quero saudar os colegas vereadores, o público que está aqui hoje e a TVCâmara. Vou fazer uma fala dividindo em duas partes. Primeiro, para tratar dos nossos convidados de hoje, os taxistas que estão aqui na Câmara, falando não só sobre a questão de biometria, mas também sobre aspectos de desburocratização dos táxis. Acho que, quando nós falamos aqui sobre a nova lei dos táxis, do ano passado e retrasado, nesses longos debates que tivemos, eu fui uma pessoa, um vereador que, assim como muitos outros, insistiu bastante pela questão de desburocratização e pelos prejuízos causados por algumas obrigações que foram, então, incluídas, como, por exemplo, a biometria. Então, eu saúdo a iniciativa dos taxistas e também dos meus colegas vereadores em propor uma construção para que isso não mais seja obrigatório, assim como outras burocracias que hoje acometem os táxis possam ser revistas. Eu estava discutindo com eles se o melhor instrumento seria uma emenda ao projeto atual da EPTC ou se seria, eventualmente, um novo projeto que tratasse exclusivamente desse tema. Eu tendo a optar pelo projeto específico sobre o tema, para não incorrer em nenhum risco de judicialização, ou mesmo outros entendimentos, em prejuízo dessa redução burocrática. Entendo também que nós talvez tenhamos um espaço, passado aí um ano, dois anos da nova legislação do táxi, para fazer uma avaliação, ver o que funcionou e o que não está funcionando muito bem daquilo que, eventualmente, a própria EPTC pediu e que acabou não sendo necessário, ou se excedeu, para que nós possamos constituir, independente de partido ou de quem for o vereador, um projeto que

atenda ao interesse não só dos motoristas, mas também do cidadão de Porto Alegre, que quer ter mais opções de transporte mais barato, mais eficiente e seguro, que são os aplicativos, o táxi, e temos agora a discussão sobre as votações do transporte coletivo e outros modais. Pensando nisso, nesse interesse público, acho que é de bom-tom pensarmos nós, lideranças, em como construir uma alternativa para desburocratizar o táxi, não deixar ele preso nessas amarras que ficaram do projeto anterior. Uma delas, por exemplo, é a questão da cor dos táxis, que ficou com um prazo de dois anos para ser modificada, enquanto poderia ser até a próxima troca do veículo. É uma burocracia desnecessária que gera custo, e que nós, lideranças, podemos chegar a um consenso, a um acordo para fazer um novo projeto e fazer tramitar rapidamente, para podermos votar, quem sabe, ainda no primeiro semestre. Encerro essa questão dos táxis, para falar sobre o projeto da EPTC. Eu saúdo o diretor da EPTC, que está aqui hoje, eu vi o Fábio por aqui. Ontem esteve na CUTHAB e, apesar de ter se disposto, aberto o coração, as palavras, enfim, para nos receber e também receber as nossas intervenções, não ficou muito claro que a intenção da Prefeitura não é fazer a interpelação de várias outras novas atribuições de poder, como consta no projeto, muito embora as declarações do presidente Fábio, as declarações do prefeito de que o projeto está sendo mal-interpretado, o que de fato consta na redação do projeto é o que está gerando a interpretação dos vereadores. Existe muita confusão sobre o que, de fato, vai ser poder ou não dos nossos agentes de trânsito, e quanto mais de poder nós daremos a eles e se nós queremos, de fato, que eles possam fazer novas formas de fiscalização e, pior ainda, que o prefeito pode vir a versar sobre multas, autuações, através de decretos, interpelando o próprio Poder Legislativo. Acho que o projeto não só carece de emendas, como carece, na verdade, de um substitutivo. Precisaria fazer um novo projeto, precisaria, quem sabe, reencaminhar esse projeto de uma maneira mais bem redigida, mais clara, mais objetiva, para que nós, vereadores, tenhamos clareza e segurança para poder votar naquilo que efetivamente nós queremos que a EPTC tenha de atribuições, porque o que nós temos hoje, muito embora diversas emendas melhorem o projeto, ainda é: mais poder concentrado no EPTC, menos poder para o cidadão e mais condições para que nós sejamos roubados, injustiçados e, como a gente sabe, depois é muito difícil questionar uma multa, um processo administrativo e conseguir vencer isso. Dificilmente o cidadão consegue ter poder, não só jurídico, como também tempo e recursos suficientes para se defender. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.ª Fernanda Jardim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA JARDIM (DEM): Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste; muito se fala em investimentos na educação e na saúde. As pessoas criticam, dizem que não está bom, que precisa melhorar, mas nós não podemos só criticar, nós temos que oferecer soluções para os problemas. Foi aprovada, no ano passado, a Lei Federal nº 13.935, que dispõe sobre a presença de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de educação básica. Essa proposta visa a adoção de medidas preventivas para reduzir cada vez mais os índices de *bullying*, índices de evasão escolar, de repetência, de violência, de sofrimentos psíquicos advindos não só dessas brincadeiras, mas dessas tarefas que estão vitimando cada vez mais os nossos jovens, e também de sofrimentos psíquicos oriundos de outros problemas escolares. A atuação do psicólogo visa a ajudar famílias, alunos, corpo docente, direção, equipe técnica, toda a comunidade escolar, com o intuito de promover saúde mental. Caso haja necessidade de algum encaminhamento mais específico, o psicólogo pode encaminhar para um atendimento especializado, caso julgue necessário. Eu protocolei um indicativo para o senhor prefeito, que trata justamente sobre isso, sobre a importância dos psicólogos e dos assistentes sociais nas escolas de rede básica. O sistema de educação vai ter um ano para protocolar essa lei, desde o dia que ela foi sancionada, como eu já disse, foi em dezembro do ano passado. Eu me coloco à disposição do prefeito para ajudar no que for preciso e, antes que alguém fale que é mais um gasto para Prefeitura, eu digo para vocês que não é gasto; é investimento, é prevenção, é cuidado, é proteção – pelo amor de Deus. A nossa Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente garantem saúde e educação; é um direito de todo cidadão e um dever do estado assegurar esses direitos. Vamos investir, sim, vamos investir na prevenção, vamos investir na saúde mental das nossas crianças e adolescentes, vamos investir na melhoria das condições escolares. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.ª Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; vereadores e vereadoras, colegas da imprensa, pessoas que nos assistem e nos acompanham aqui neste plenário. Eu utilizo a tribuna em tempo de liderança do meu partido por uma razão muito simples. Eu fui surpreendida, assim como a grande maioria das mulheres, creio que todas as mulheres, fiquei surpresa e chocada com a declaração do maior mandatário do Brasil, no qual eu apoio, o presidente Jair Bolsonaro, com uma jornalista que trabalhava, que cumpria a tarefa dela, e quero ler aqui essa matéria: "O presidente Bolsonaro fez ofensas contra o trabalho da jornalista do jornal A Folha de São Paulo, Patrícia Campos Mello, na manhã de ontem, ao deixar o Palácio da Alvorada. A declaração fez referência ao depoimento de Hans River do Rio Nascimento, ex-funcionário da Yacows, agência de disparos de mensagens em massa por WhatsApp, na eleição passada, para a CPMI das *fake news*, na semana passada. A Associação Nacional de Jornais – ANJ e a Associação Nacional de Editores de Revistas – ANER classificaram a fala como 'lamentável'. [Eu também classifico a fala como lamentável.] "O depoimento do Hans River foi no final de 2018 para o Ministério Público, ele diz do assédio da jornalista em cima dele. Ela (Patrícia) queria um furo. Ela queria dar um furo (pausa, apoiadores riem) a qualquer preço contra mim. Lá em 2018, ele já dizia que eles chegavam perguntando 'Bolsonaro pagou para você divulgar informações por WhatsApp?' – disse o presidente. Aos parlamentares e sem apresentar provas, Hans River afirmou que a Patrícia queria 'um determinado tipo de matéria a troco de sexo', declaração replicada em seguida pelo deputado Eduardo Bolsonaro, do PSL-SP, filho do presidente. Reproduções de mensagens trocadas entre a jornalista e o depoente, na época da apuração da reportagem, em 2018, e divulgadas agora pelo jornal mostram o contrário, com um convite dele para um encontro com a repórter, que não foi aceito. As reportagens de 2018, mostraram que empresas apoiadoras da candidatura de Bolsonaro teriam pago pela distribuição de mensagens em massa contra o PT. A ANJ e a ANER divulgaram nota na qual 'protestam contra as lamentáveis declarações'. 'O presidente se aproveita da presença de uma claque para atacar jornalistas, cujo trabalho é essencial para a sociedade', diz a nota. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - Abraji e o Observatório da Liberdade de Imprensa da Ordem dos

Advogados do Brasil também repudiaram os ataques. A Folha divulgou nota: ‘O presidente agride a repórter Patrícia Campos Mello e todo o jornalismo profissional’”.

Eu utilizo esta tribuna como mulher e jornalista. Eu fiquei extremamente surpresa e chocada, porque nós, mulheres, não admitimos nenhum ato de desrespeito, não importa de quem seja, pode ser de um cidadão comum, como do maior mandatário do Brasil. Essa causa sobrepõe siglas partidárias, ideologias políticas. Nós queremos total respeito à mulher e a todos os seus direitos conquistados até aqui. Nós não podemos, de forma alguma, admitir nenhuma transgressão nesse sentido, nenhuma ofensa, independente de governos ou preferências políticas. As mulheres devem se unir por algo maior que é o direito e o respeito à mulher. Essa semana nós também tivemos o caso de uma jovem de 17 anos, o motorista afirma ter feito elogios a uma garota de 17 anos; se tivesse 17, se tivesse 30, se tivesse 40, 50, não importa; não importa a roupa que uma mulher use. De forma alguma... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Não importa a roupa que a pessoa estiver usando, não é justificativa. As mulheres têm o direito de trabalhar em paz. Nos deixem trabalhar, nos respeitem. Quando agridem uma mulher, agridem todas. Hoje eu coloquei essa camiseta que ganhei das minhas colegas jornalistas para dar apoio a todas as mulheres que, de alguma maneira ou de outra, verbalmente ou fisicamente, se sentem agredidas na sua condição de mulher. Era apenas isso o que eu queria compartilhar com os senhores e com as senhoras.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Pujol, colegas vereadores, colegas vereadoras, permitam-me hoje iniciar essa fala dizendo: para não dizer que não falei de livros. Começo a falar de quem os vende: o livreiro. Porto Alegre perdeu seu mais legítimo homem de venda de livros. O homem que encantava a todos e a todas com sua fala mansa e serena. Sabia onde estava o livro que cada um ou cada uma precisava, se não havia ali, lá em algum lugar ele mandava buscar. Por quase 50 anos praticou este ofício. Eu, seu vizinho, por anos e anos, ao lado dele mercadejava palavras. Palavras escritas que traziam encantamento e

saciavam a fome de saber. Fui seu amigo, como muitos desta cidade foram. Não haverá mais sábados com aqueles papos sem fim. Talvez ainda encontre por aí os principais atores destes colóquios, mas faltará o maestro. Que falta você nos fará, Rui Gonçalves, o Rui da Palmarinca. Você, que nos cobrava caminhadas entre uma leitura e outra. Você que se cuidava e queria que a gente se cuidasse também. Foi subir onde só os outros devem subir. Sua escada era a cultura, o saber que verte dos livros. Sua altura não era aquela, era outra que só os bons leitores alcançam. O seu telhado não era aquele inerte pedaço de material. O descuido levou você de entre nós. Fica a sua imagem, ficam as suas indicações de boas leituras. Fica o exemplo de homem íntegro e capaz que vendia bons livros nos piores tempos, aqueles tempos soturnos da ditadura. E a gente sabia que "aquele livro", o Rui vai conseguir. E, agora, que se proíbem livros, fecham-se bibliotecas, vai faltar você, meu amigo Rui, Rui da Palmarinca. Mas você certamente está me dizendo: “Vai, Adeli, ‘e te cuida, meu gurizinho’”, pois assim sempre você me dizia. E sim, Rui, vou me cuidar, mas vou seguir, seguir falando de livros, pois ninguém há de me dizer que não falei dos livros.

Com isso eu faço, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores e de muitos aqui, que frequentaram a Palmarinca, uma curta homenagem. Eu não poderia deixar de falar dessa figura, hoje, aqui neste plenário. Dói o nosso coração com essa perda desse grande amigo, que, sem dúvida nenhuma, para qualquer pessoa da cidade que conhece um pouquinho de livros, sabe que foi talvez o maior, o mais ousado, o mais importante livreiro de Porto Alegre. Eu, como já tive essa profissão, sinto muita falta.

E, para concluir, eu volto a um outro tema que é um tema que já me pediram aí do plenário, e eu vou dizer, Fernanda, vou dizer, Comissário, que nós temos que defender aquilo que sempre deu certo, o sistema municipal de transporte individual de passageiros, desde pessoas, desde aquele tempo do chofer de praça aos dias de hoje com o táxi que era vermelho ibérico e que deve continuar. Vamos discutir aqui, já temos, eu acho, uma maioria para consolidar que ele só troque de cor quando se trocar o carro. Vida longa aos taxistas, vida longa a essa categoria profissional, nosso respeito, e não é só meu. Eu creio que hoje vocês terão o voto seguramente da amplíssima maioria dos vereadores desta Casa. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Antes de passar a palavra ao vereador líder da oposição, eu quero informar aos colegas integrantes desta Casa a seguinte manifestação que recebemos no dia de hoje (Lê.): "Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre. As vereadoras que subscrevem vêm, pelo presente, para os fins previstos no art. 86, *b*, do Regimento, indicar a Ver.ª Cláudia Araújo para exercer o cargo de Procuradora Especial da Mulher no período compreendido entre a presente data e 31 de julho do corrente ano. Outrossim, indicam a Ver.ª Lourdes Sprenger para exercer a mesma posição no período compreendido entre 1º de agosto e 31 de dezembro do corrente ano. Por fim, requerem que a presente indicação seja submetida ao plenário nos termos do dispositivo regimental supracitado. Sala de Sessões, 19 de fevereiro de 2020. Ver.ª Cláudia Araújo, Ver.ª Comandante Nádia, Ver.ª Karen Santos, Ver.ª Lourdes Sprenger e Ver.ª Mônica Leal." A unanimidade das mulheres não se discute, eu apenas peço que o plenário, misto, homologue essa proposição que, em termos regimentais, é legítima, consequente e competente. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam as indicações permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS**.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, colegas vereadores e vereadoras, e a todos os cidadãos e cidadãs que estão aqui nos acompanhando nesta tarde, de modo especial os taxistas, que fazem jus às suas demandas. Queria tocar em dois assuntos, inicialmente um que trata da incompetência de gestão do atual governo, mais precisamente do prefeito municipal, e depois me aportarei ao PL trazido pelo governo, mas também com inúmeras emendas apresentadas que dialogam com a mobilidade, mais precisamente com os taxistas. Verificam os senhores e senhoras, Ver. Roberto Robaina, a falta de gestão e a morosidade do governo Marchezan que perde, somente nesta semana, três grandes projetos para a cidade de Porto Alegre, dois deles ainda da obra da Copa de 2014. Um deles é o da Av. Plínio Brasil Milano com a 3ª Perimetral. Desistiu porque, na verdade, a Caixa Econômica Federal disse para o governo que, em função da sua morosidade e falta de projeto adequado, perdeu o da Caixa Econômica Federal. Não foi diferente com a obra da trincheira da Anita Garibaldi – quem não conhece? –, também uma das obras da Copa, e do asfalto do corredor de ônibus da Av. João Pessoa. Não são só essas três, tem mais uma, vocês sabem colega, nobres

excelências, do projeto que nós aprovamos aqui para o financiamento da compra de 80 ônibus da Carris, o governo perdeu o prazo da licitação; vai ter que abrir novamente a licitação. E, depois, tem muitos companheiros, colegas, com todo o respeito, que defendem a capacidade de articulação do governo Marchezan. Qual articulação, se ele não consegue nem articular com quem está com ele no governo? E aí nós vamos aqui apontar dois aspectos: um deles é a relação de tratamento que o governo tem com os aplicativos e a relação de tratamento com os taxistas. Por que, Ver. Mario Manfro, o governo cobra a TGO dos taxistas e não cobra dos aplicativos? A biometria – por que não cobra dos aplicativos e cobra dos taxistas? Tem tanta coisa que não é só a possibilidade da troca, lá na renovação da frota do taxista, que pode ser vermelho ibérico ou pode ser branco – será que precisava fazer uma emenda para isso? Precisava ter essa emenda no projeto? É uma coisa natural. É uma vergonha – como disse o cidadão há pouco aqui. Isso é uma naturalidade, na renovação, o cidadão profissional, que paga caro por ser constituído, ele opta, ele pode optar em trocar ou não. Seria uma coisa simples; mas é preciso ter uma emenda, agora, no projeto trazido pelo governo, para poder trazer um pouco de tranquilidade. Porque não existe essa tranquilidade num governo como esse, que taxa a população a todo momento e perde esses recursos significativos de financiamentos claros e precisos para o conjunto da mobilidade e para a cidade se comunicar com os cidadãos. Porque a cidade está abandonada. A cidade está abandonada. Vejam o custo operacional, por exemplo, de um taxista ou de qualquer cidadão que tenha um táxi, com essa buraqueira toda!

Eu poderia falar aqui da saúde, que é um verdadeiro caos, as filas tendem a aumentar. Há filas nas creches agora, ou na educação infantil, tem creches que têm 300 pessoas aguardando por uma vaga. É lamentável. As pessoas, às vezes, conseguem um emprego e não conseguem ir para o emprego porque não conseguem colocar as suas crianças. Nesse sentido, então, nós estamos do lado de vocês taxistas, como também estamos do lado do cidadão e do trabalhador. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha das galerias e também pela TVCâmara; eu gostaria de compartilhar com todos os colegas vereadores e as colegas vereadoras, mas também com a sociedade de Porto Alegre: em dezembro do ano passado, representando esta Casa, eu e o Ver. Hamilton estivemos em Madri, na Conferência Mundial do Clima. Lá, com a ajuda do Rodrigo Conrad, das relações institucionais do Executivo municipal, com a presença do secretário de parcerias estratégicas, nós conseguimos, Sr. Presidente, uma reunião com a FAO, que é a agência da ONU para a área da alimentação, Ver. Mario Manfro, nosso companheiro do PTB, que retoma o seu assento nesta Casa. Numa reunião bilateral, nós apresentamos o trabalho que tem sido feito em Porto Alegre, Ver.ª Cláudia, tanto no trabalho de resiliência quanto no trabalho de prevenção para as mudanças climáticas e na proteção da nossa zona rural de Porto Alegre livre de agrotóxicos, que é um projeto que temos até 2032. Pois a FAO se interessou em vir a Porto Alegre para desenvolver o projeto de sustentabilidade, de desenvolvimento sustentável da nossa zona rural de Porto Alegre, esse território de 8,27% da nossa cidade que fica lá no Extremo Sul, às margens da Lagoa dos Patos. Nós, então, combinamos com o Executivo municipal, o prefeito municipal fez a manifestação de interesse para essa agência da ONU, Ver. Paulinho Motorista, no sentido de que a FAO pudesse vir a Porto Alegre trabalhar nesse projeto de desenvolvimento sustentável para nossa zona rural de Porto Alegre, construindo uma zona livre de agrotóxicos até 2032, pensando as cadeias produtivas, Ver. Ramiro, que devem ser construídas na nossa zona rural de Porto Alegre. Pois hoje, no início da tarde, às 13h46min, nós recebemos, Ver. Cláudio Conceição, um *e-mail* da representante da FAO, no qual nós fomos copiados, porque estávamos lá na conferência, um *e-mail* dirigido ao Executivo municipal informando que a FAO estará, entre 16 e 22 de março, em Porto Alegre para realizar a primeira missão de escopo de uma semana para o desenvolvimento desse projeto. Teremos a participação do escritório da FAO do Brasil e também de um membro do escritório regional do Chile, que fará, em uma semana, então, as primeiras conversas, as primeiras tratativas aqui em Porto Alegre para o desenvolvimento desse projeto sustentável para nossa zona rural. Queria parabenizar o Ver. Hamilton, que esteve junto lá na COP, em Madri, mas parabenizar a Câmara Municipal de Porto Alegre, que tem sido uma grande articuladora, junto com o Executivo municipal – a Prefeitura Municipal de Porto Alegre –, na busca de uma cidade mais inteligente, a partir

do 4º Distrito, e de uma cidade também mais sustentável, preocupada com a resiliência e preocupada com as mudanças climáticas, que são uma realidade, e, dentro disso, está produção saudável de alimentos, que nós temos condições de fazer a bom termo aqui bem pertinho, dentro da nossa cidade, na zona rural de Porto Alegre.

Então é uma excelente notícia, queremos que essa missão, que irá visitar a zona rural, passe pela Câmara Municipal, para que todos os vereadores, para que toda a sociedade porto-alegrense possa contribuir, ajudar, auxiliar na construção desse projeto de desenvolvimento, principalmente neste ano em que estaremos dando início às discussões de revisão do Plano Diretor da nossa cidade de Porto Alegre. Muito obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.ª Cláudia Araújo, nova Procuradora da Mulher da Câmara, está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; vereadores e vereadoras, público que nos assiste; assumo hoje a responsabilidade da Procuradoria da Mulher, na Câmara Municipal de Porto Alegre, até 31 de julho de 2020; a partir desta data, assume a Ver.ª Lourdes. Assumo essa função no meio de um turbilhão de notícias desagradáveis que atingem todas as mulheres deste País, notícias que não ocorrem somente hoje. O número de feminicídios triplicou em janeiro deste ano no Rio Grande do Sul: foram dez mortes de mulheres por questões de gênero somente no último mês, contra três em janeiro de 2019. Quando falamos em Porto Alegre, já temos, somente em janeiro, um terço do número de feminicídios do ano passado, os dados foram divulgados pela Secretaria de Segurança Pública.

O machismo estrutural está impregnado em nossa sociedade. O machismo condena as mulheres, o machismo nos mata todos os dias, nos aprisiona, nos empobrece e nos castiga. Isso é inconcebível para nós, mulheres. Não podemos nos calar! Esse é o mesmo machismo que encoraja um homem a importunar sexualmente uma menor de idade, enquanto presta seu serviço e ainda a culpa pela roupa que estava vestindo. Quantas de nós, independente de roupa e local, já fomos assediadas? Quantas de nós já engolimos em seco o medo de andar na rua? Nada, nada justifica um assédio. No meio desse caos

misógino que se apresenta em nossa sociedade, ouvimos do maior representante do nosso País, aquele que deveria dar o maior exemplo, que é o nosso Presidente da República, ofensas sexuais agredindo uma jornalista. Ofender a Patrícia Campos Mello é ecoar a voz de quem segura nosso açoite há tantos anos, o machismo, que, como eu já disse, agride todas as mulheres deste País, independente de ideologias políticas, de classe social e do trabalho que exercem. Expresso minha solidariedade à jornalista Patrícia Campos Mello, do jornal Folha de S. Paulo, e me somo à manifestação das deputadas federais que, ontem, no Congresso Nacional, repudiaram com veemência a fala do Presidente independente de partido político. Convido as demais vereadoras, independente de posição política, de serem apoiadoras ou não do governo federal, a se manifestarem. Em dezembro passado, concedi o título de Cidadão Emérita de Porto Alegre à jornalista Renata de Medeiros, a Renatinha. Ela é fundadora do movimento Deixa Ela Trabalhar, por que visto hoje esta camiseta, junto com a Ver.ª Mônica Leal. Como disse naquela oportunidade, sempre que uma mulher é agredida em seu local de trabalho, ou por exercer o seu trabalho, seja verbal ou fisicamente, é dever de todas nós, mulheres, nos solidarizarmos para mostrar aos machistas que nós sabemos defender os nossos espaços. Nós, mulheres e cidadãs, não podemos mais ficar inertes, não acatamos o desrespeito. A ofensa direcionada à Patrícia é a mesma que atingiu a jornalista gaúcha Renata de Medeiros, é a mesma que assediou a adolescente do carro de aplicativo, e é a mesma que espancou e esfaqueou a dona de casa Carla há 3 anos. Somos tantas Marias, Bárbaras, Joanas, Renatas, Carlas, Mônicas, Cláudias... E a culpa não era e não é delas, a culpa é de cada um que não tenta ajudar a transformar esta triste e sangrenta realidade. E assim, como no grito das chilenas, o abusador era o homem, o abusador era o Estado.

Eu, Cláudia Araújo, vereadora de Porto Alegre, hoje Procuradora Especial das Mulheres, me comprometo, com o apoio de minhas colegas vereadoras das mais diversas ideologias políticas e diferenças de posicionamentos, estamos unidas pelo bem de todas as mulheres, a tentar, a cada dia, mudar essa realidade. Sou forte, mas com cada uma de vocês, nós somos invencíveis. Agradeço a indicação à Procuradoria da Mulher feita pela Ver.ª Karen, e reafirmo o empenho e dedicação à causa. Repetindo a frase da Renatinha, reitero e encerro a minha fala: Deixa Ela Trabalhar.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Pujol, vereadores e vereadoras, público que assiste a esta sessão; eu quero usar a palavra para abordar a questão nacional, mas, ao mesmo tempo, como existe uma visita da comunidade dos taxistas, quero deixar claro que eu estou convicto de que nós aprovaremos a emenda formulada pelo Ver. Janta, trabalhada também com o Ver. Adeli, que prorroga a troca da cor do táxi para o momento em que se extinguir a vida útil do veículo. Eu estou convencido de que isso será aprovado no dia de hoje.

Eu quero comentar um assunto que, evidentemente, nos preocupa e foi mencionado pela Ver.ª Mônica Leal: a grave agressão do Presidente Bolsonaro à jornalista da Folha de São Paulo, uma jornalista competente, com um enorme currículo, inclusive, em órgãos de imprensa internacional, uma agressão machista, grosseira contra a Patrícia Campos, que, na verdade, não é uma agressão, por incrível que pareça, Ver.ª Mônica, eu acredito que não é uma agressão à toa, ela tem uma lógica. Eu creio que é uma lógica trágica, uma lógica perigosa, mas ela tem uma lógica, que é a lógica de normalizar o absurdo. Quando o absurdo é normalizado, quando o machismo é normalizado, quando a agressão à liberdade de imprensa é normalizada, nós passamos a ter um cenário de normalização de um déficit democrático, nós passamos a ter a normalização de um funcionamento autoritário do regime político. Eu sou daqueles que consideram que nós temos um regime político, ou seja, um sistema de funcionamento das instituições que é um sistema que não responde aos interesses do povo. Aliás, eu acredito que o Bolsonaro, em parte, conseguiu um grande apoio popular, porque o Bolsonaro conseguiu canalizar um enorme descontentamento popular contra o sistema de partidos, contra a mídia tradicional, contra o Congresso Nacional, contra os governos que haviam conduzido o País desde a época do final da ditadura militar. Mas o Bolsonaro, embora tenha conseguido obter o apoio de milhões de trabalhadores do nosso povo que queriam rejeitar esse sistema, que é um sistema marcado pela desigualdade e pela corrupção, ele é parte desse sistema, e ele é a parte do submundo mais baixo desse sistema, a tal ponto que o Presidente Bolsonaro, a família Bolsonaro sustentou ao longo da sua carreira política setores ligados ao crime organizado do Rio de Janeiro. Não é à toa que essa agressão à jornalista ocorre no momento em que o

Presidente Bolsonaro tem um nervosismo à flor da pele por conta do assassinato do miliciano Adriano da Nóbrega, e a investigação sobre esse assassinato vai revelar as relações profundas entre a família Bolsonaro e as milícias do Rio de Janeiro. Quando o Presidente Bolsonaro ataca a liberdade de imprensa é porque ele quer tentar fazer com que as verdadeiras notícias se diluam nas *fake news* para que a população não saiba mais separar o que é fato e do que é mentira, o que é verdade e do que é campanha de falsidade. Esse é o motivo fundamental... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Esse é o motivo fundamental pelo qual o Presidente Bolsonaro faz o ataque à imprensa. Não é à toa que um jornal sério como a Folha de São Paulo fez um editorial como o do dia de ontem, um editorial muito sólido defendendo a liberdade de expressão, defendendo a imprensa livre. Eu, desse ponto de vista, quero parabenizar as vereadoras mulheres desta Câmara, em especial, a intervenção da Ver.ª Mônica Leal. Vereadora, a sua nota hoje felizmente foi lida pela Rádio Gaúcha, e eu creio que é muito importante que nós tenhamos essa unidade para defender valores que são valores de todos aqueles que querem a defesa da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão. Se nós não tivermos isso, nós não teremos capacidade... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para um a Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara; os taxistas nas galerias, sejam bem-vindos na nossa Câmara Municipal de Porto Alegre; em primeiro lugar, aproveitando que os taxistas estão aqui, quero comunicar e expressar que o governo, através do secretário Rodrigo Tortoriello, me passou o pedido dos taxistas a respeito da cor dos táxis para que seja prorrogado o prazo, para que seja somente na troca do veículo, que seja obrigatória a nova cor, a cor branca. O secretário dá acordo, o Governo dá acordo e nós, da base do governo, votaremos a emenda do Ver. Clàudio Janta a pedido dos taxistas, pelo o que eu entendi, ou pelo projeto dos vereadores José Freitas e do Alvoni Medina que

já tramita na Casa. Então nós temos total acordo com a mudança da legislação que favorece os táxis. Contem com a base do governo e com nosso voto.

Em segundo lugar, queremos aproveitar, já que estamos falando nos taxistas, para falar sobre mobilidade urbana. Aqui na Casa tem vários projetos que foram protocolados pelo Executivo que tratam da mobilidade urbana e, principalmente, do transporte público, transporte passageiro de ônibus, criando mecanismos onde se possa buscar recursos para que se possa baixar o valor da passagem do ônibus em Porto Alegre que hoje a passagem é R$ 4,70. Se nada for feito, ela vai passar de R$ 5,00, Ver. Roberto Robaina, em torno de R$ 5,10, R$ 5,20. Existe um estudo que será feito pelo Conselho do Transporte, junto com o Tribunal de Contas, e depois apresentado ao prefeito que, certamente, dará o *o.k.*, como tem sido feito ao longo dos anos. A passagem deverá, além de ser a passagem mais cara do Brasil, se nada for feito, ter o maior aumento do Brasil. Portanto, nós temos uma preocupação muito grande em tomar as medidas possíveis para que esse aumento não seja significativo, e até mesmo, se forem aprovados os vários projetos que estão aqui na Casa, mais do que não ter um aumento significativo, baixar o preço da passagem. Então há um conjunto de projetos que foram colocados aqui na Casa, foram apresentadas e protocolados pelo Executivo. Nós fizemos questão que não fosse feito o pedido de urgência para esses projetos, para que pudéssemos fazer o diálogo com os vereadores, e até votar alguns deles antes do prazo de 45 dias, porque nós sabemos que, neste momento, em breve, teremos o reajuste da passagem. Nós gostaríamos de votar alguns desses projetos, com o acordo dos vereadores, para que fosse votado antes do reajuste da passagem, para que ele pudesse incidir ainda neste ano, para que a passagem, então, não sofresse aumento. Dentre esses projetos, nós temos um que retira uma taxa de 3% que é cobrada das empresas e que esse valor vai para a EPTC, votando esse projeto, nós teremos uma redução de 15 centavos no valor total da passagem de ônibus. Então, eu acho que é um projeto que certamente todos vereadores têm acordo porque ele retira um valor, uma taxa em cima da passagem do ônibus, e, na verdade, quem acaba pagando a passagem do ônibus é aquele trabalhador, a pessoa que menos poder aquisitivo tem e que utiliza o ônibus. Então acho que todo esforço, Ver. Mario Manfro, que for feito nesta Casa para impedir que a passagem suba, ou se conseguirmos alguma redução, vale a pena o esforço dos vereadores.

Há um outro projeto também que autoriza o Executivo a dar subsídios, a compor subsídios para que possa baixar a passagem. São Paulo, por exemplo, dá um subsídio de 3 bilhões dos cofres públicos para diminuir o preço da passagem, por isso, ela não é mais cara, se não a passagem em São Paulo seria mais do que R$ 7,00 nos dias de hoje.

Também tem um outro projeto que reduz, que possibilita ao transporte público e a Prefeitura, de acordo com as empresas de ônibus, em certos horários, a ter um preço reduzido, fora do horário de pico, uma passagem inferior ao preço que vai ser estabelecido, dessa forma também tentando tirar as pessoas do horário do *rush* para um outro horário mais alternativo, aquelas pessoas que não tem um horário comprometido pegar um ônibus em horário diferenciado ter uma passagem mais barata. Faço um apelo aos vereadores, talvez uma comissão conjunta desses três projetos mais um outro que cria a regulamentação dos aplicativos e uma taxação em cima das viagens dos aplicativos de R$ 0,28 que, se aprovado esse projeto, nós teremos uma redução no preço da passagem no valor de R$ 0,70, um valor bastante significativo para o trabalhador que pega o ônibus poder pagar R$ 0,70 a menos no preço da passagem. Então são esses quatro projetos que a gente faz um apelo aos vereadores para nos ajudar a discutir e a votar o mais rápido possível. Também quero deixar claro que esse valor de R$ 0,28 seria cobrado da empresa e não dos motoristas de aplicativos. Por ora é isso... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente Pujol, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; agradeço a possibilidade desta conversa e vou ser rápido até em razão da necessidade de se avançar na nossa reunião de hoje. Como temos aqui na Câmara grande número de pessoas, homens e mulheres taxistas, eu vou ratificar, em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista, que não é momento, não é possível, nós não vamos apoiar nenhuma proposta que onere ainda mais a categoria dos taxistas; pelo contrário, o que eu vejo hoje, o que nós vemos hoje, Paulinho, é a necessidade de

reduzir encargos do táxi, porque, só o taxista arcar com todos os encargos, nós não concordamos. (Palmas.)

Vou falar um pouco, dando uma pequena continuidade rápida do que falou a Ver.ª Mônica Leal sobre as questões de crimes contra as mulheres. Aqui na Câmara tem um projeto que trata da criação do Dia de Conscientização e Prevenção ao Feminicídio no Calendário de Datas Comemorativas de Porto Alegre, exatamente para essa conscientização. E, lamentavelmente, aconteceu um fato em Viamão que ganhou repercussão nacional, que foi o motorista de aplicativo que assediou uma adolescente de 17 anos durante o seu percurso. E nós compreendemos, Ver.ª Mônica, que isso não é possível acontecer, independentemente da cor, porque eu achei ridícula uma das manifestações que teria se atribuído a ele de que ela andaria com uma saia curta. E, na verdade, a forma de vestimenta, a cor, a crença não são motivos para se assediar mulher nenhuma. Eu tenho três filhas e jamais admitiria uma coisa dessas. Repetindo: que vergonha podre, agora, em Porto Alegre, em pleno 2021, termos ainda aqui que acompanhar, aqui na grande Porto Alegre, homens, pessoa humana, que se comportam desta maneira. Portanto aqui a nossa solidariedade à menina, à família, e o nosso repúdio a esse motorista que agiu dessa maneira. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoo e defiro requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 081/19.

Apregoo e defiro requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 014/19.

Apregoo e defiro requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLL nº 063/19.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 226/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo declaração firmada pelo Ver. Mario Manfro (Lê.): “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, o vereador que subscreve vem comunicar sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB -, a contar do dia 03 de fevereiro de 2020. Porto Alegre, 19 de

fevereiro de 2020. Vereador Mario Manfro". Cumprimento a família trabalhista pela boa aquisição.

(15h42min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o requerimento de autoria do Ver.ª Mônica Leal, solicitando o adiamento da discussão do PLL nº 127/18 por três sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Mauro Pinheiro (REDE) (Requerimento): Sr. Presidente, nós fizemos diálogo com todos os vereadores, com os de oposição e da base, solicitando que sejam votadas em bloco as Emendas nºs 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08 e 09; e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 016/19.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.
Em votação o bloco composto pelas Emendas nºs 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08 e 09; e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 016/19. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Ver. Reginaldo Pujol, Sr. Presidente; meus colegas vereadores, prezados e prezadas taxistas aqui presentes; primeiro, eu quero dizer que eu venho aqui, em nome da minha bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, liderada pelo Ver. Adeli Sell e também com a liderança de oposição do Ver. Oliboni, trazer algumas referências. Primeiro quero dizer à EPTC, na pessoa do Fábio Berwanger Juliano, seu diretor, que nós, do Partido dos Trabalhadores, votaremos favoravelmente ao projeto e favoravelmente ao acordo das emendas propostas. Também quero dizer que quando existe diálogo, quando existe tolerância, quando existe a possibilidade de ouvir a oposição, nós trabalhamos sempre na defesa da cidade e na defesa das categorias que podem estar

sendo atingidas por um ou outro projeto. Então, Ver. Adeli, que nos representou nessa negociação, e Ver. Oliboni, essa é a nossa posição.

Quero dizer que este projeto da EPTC, com o qual fiquei muito preocupado na sessão passada, porque eu vi muitos vereadores virem à tribuna traçar críticas de todos os jeitos à EPTC. A EPTC é uma empresa que ajuda a segurança da cidade de Porto Alegre. Dito isso, as emendas que foram concertadas, tem uma que mexia novamente com a categoria dos taxistas, e eu quero recuperar o debate que na legislatura passada fazíamos muito aqui – e cumprimento o Walter, da Aspertáxi, e o Albino, da Cooperativa dos Taxistas do aeroporto –, pois naquele momento estava para entrar o Uber na cidade de Porto Alegre, e eu vou repetir aquilo que eu dizia naquela época: se o Uber entrar, como entrou, vai quebrar os táxis em Porto Alegre, que é um patrimônio construído há muitos anos e muito suor dos trabalhadores e das suas famílias. Isso hoje é uma realidade, e se nós olharmos a plateia que está aqui, a média já passou dos 50 anos, e certamente tem várias décadas de trabalho. O Ver. Cassio aqui referenciava que esteve em Madri, e no ano passado, nessa época, em janeiro, eu estava em Madri, fiz um vídeo e mandei para a Aspertáxi e para os outros: os taxistas fizeram greve em Madri e não deixaram o Uber entrar, com o apoio público do prefeito e da comunidade política. Isso é o que nós tínhamos que ter feito naquele momento! Não foi feito!

Agora entrar no tema das cores dos carros: nada mais justo do que esperar a vida útil do carro para poder renovar as cores, e essa é a emenda construída, mas eu quero dizer que não basta isso, que aquela agenda, Walter, de seis anos atrás, para mim, se mantém viva e ativa, e para nós do Partido dos Trabalhadores: tem que desonerar os táxis, igual aos outros aplicativos, porque não dá para cobrar “a” de José e cobrar “b” de Antônio, e o Antônio paga todas as contas e tem que prestar ali o esclarecimento, tem que ir lá fazer a revisão, botar o aplicativo e não sei o que mais, GPS que não funcionou até hoje. Quem não lembra do GPS, que não funcionou até hoje, quem não lembra do GPS? Então eu quero aqui concluir a nossa fala Sr. Presidente, em nome da nossa bancada, cumprimentar novamente o Ver. Adeli, que construiu essa concertação, e dizer que votaremos a favor do projeto, porque essas concertações foram feitas. Aos taxistas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Sr. Presidente, agradeço. Para concluir, eu falava, sobre o Ver. Adeli, que fez o diálogo junto com as bancadas de situação. Mauro Pinheiro, nos ouçam nos

projetos que vêm do governo; nos ouvindo, nós ajudamos a contribuir, porque a cidade não é do prefeito, a cidade é da sociedade, e tudo aquilo que é de bom na cidade tem que ser mantido e qualificado. Agora, a política que foi feita destruiu e está destruindo a categoria dos taxistas; nós temos que rever essa legislação para garantir que os mesmos direitos dos aplicativos sejam estendidos também a essa categoria que há décadas está aqui na cidade de Porto Alegre, defendendo e construindo a cidade. Um grande abraço, e a luta é permanente. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ramalho Santos está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas nºs 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 09; e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 016/19.

VEREADOR RAMALHO SANTOS (SD): Prezado Presidente Reginaldo Pujol, colegas aqui presentes, pessoal da galeria, TVCâmara, quero deixar a posição do Solidariedade, em nome do presidente Cláudio Janta, titular da cadeira, sobre a emenda de sua autoria, que trata das cores dos táxis. Eu já fui taxista e sei das dificuldades da categoria agora explorada pelos aplicativos, que não deixam recurso nenhum para a cidade. Peço aos colegas vereadores que se sensibilizem e que nos ajudem a aprovar essa emenda. Muito obrigado, um abraço a todos.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas nºs 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08 e 09; e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 016/19.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Ver. Pujol. Caros, estamos debatendo este tema há uma ou duas sessões. Muito embora eu aprecie a elaboração das diversas emendas que foram colocadas e aprecie o interesse do governo em compor e dar acordo para várias delas – e nós temos agora um bloco de emendas para aprovarmos –, eu ainda mantenho a posição de que o projeto é ruim; de que, em sua essência, ele está errado, está eivado de inconstitucionalidades e de problemas, inclusive, de centralização

de ainda mais poder para a nossa Empresa Pública de Transporte e Circulação. Ele coloca em risco não só o cidadão, mas também profissionais como os próprios taxistas que estão hoje aqui, como os transportadores escolares, como os motoristas de lotações, enfim, que ficam muito mais à mercê do poder e do autoritarismo da Prefeitura em conseguir autuar eles, em conseguir mudar o entendimento sobre punições e por aí vai.

Acho que essa relação de poder entre Executivo e cidadão precisa estar mais equilibrada. O Executivo e a EPTC hoje já concentram bastante poder, e a gente não pode dar ainda mais poder, muito embora as diversas emendas que o governo tenha dado acordo tornem o projeto menos pior. Tornar um projeto desses menos pior não o torna bom, Ver. Robaina; é como se a gente dissesse, basicamente, que nós estamos amenizando o tumor, mas o câncer segue lá. Então eu acho que este projeto deveria ser reapresentado ou, então, melhor discutido e construído novamente, porque, da maneira como está, com todas as emendas que foram colocadas – e tem várias emendas boas, que eu votaria a favor –, não se torna um bom projeto. Por isso, mesmo votando a favor das emendas, para reduzir o eventual dano, Ver. Alvoni Medina, eu votarei contra o projeto, porque eu entendo que é um projeto que pune o cidadão de Porto Alegre, seja ele profissional do transporte ou não. Fica aqui a minha manifestação, o meu encaminhamento sobre a minha posição – a posição do NOVO – a respeito do projeto. Eu espero, dessa forma, conseguir também construir com os demais colegas esse entendimento de que não pode um projeto como este mudar completamente a forma com que a Prefeitura aborda a fiscalização de trânsito na cidade de uma hora para outra. Nós tivemos duas sessões extraordinárias em pleno recesso para tentar votar às pressas; depois, o governo vem e acata um bloco de emendas. Isso, para mim, sinaliza que essas emendas não tocam naquilo que é interesse do governo, que é, sim, dar mais poder para a EPTC e fazer muitas coisas que talvez a gente não consiga ainda nem perceber quais são, porque nós tivemos muito pouco tempo para avaliar todos os impactos. A mim, enquanto parlamentar, causa um grande desconforto fazer uma aprovação de um projeto desse teor. Eu acho que, por mais que tanto o Fábio quanto a equipe técnica da Prefeitura que esteve nos acompanhando aqui nas comissões e no plenário tenham se disposto ao diálogo, tenham sido super-receptivos e educados em nos ouvir e acatar muitas das contribuições, muito embora essa cordialidade da EPTC e dos profissionais da Prefeitura tenha ocorrido, isso não faz com que o projeto tenha se tornado

bom. O projeto é nocivo; as emendas reduzem o dano, mas não corrigem. Por isso, eu voto contra o projeto e aprovo as emendas. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESDIENTE REGINALDO PUJOL (NOVO): Em votação o bloco composto pelas Emendas nºs 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 09 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 016/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Ficam prejudicadas as Emendas nº 04 e nº 10.
Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, o PLCE nº 016/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.
Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Moisés Barboza, ao PLCE nº 017/19.
Em discussão o PLCE nº 017/19. (Pausa.)

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Ver. Reginaldo Pujol, estamos terminando uma emenda.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h04min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): (16h08min) Estão reabertos os trabalhos.
O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/19.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu não sou contra, pontualmente, uma gratificação para uma categoria ou outra, eu sou contra não ter uma política isonômica de gratificação para a Prefeitura. Talvez os vereadores aqui não saibam, eu tenho essa responsabilidade por ter mais tempo – alguns aqui têm tanto tempo quanto eu, outros têm mais –, um dia nós estávamos aqui e criamos a gratificação da Procuradoria-Geral do Município, criando-se uma condição melhor para os procuradores do que para as outras categorias. Depois, veio a Secretaria da Fazenda, e nós criamos uma condição melhor para a Secretaria da Fazenda do que para os outros servidores. Depois, no governo Fortunati, veio a criação da SMPEO, que

está aqui; e nós demos uma autorização para que os servidores da Prefeitura, só porque estavam na SMPEO, ganhassem em torno de R$ 2 mil a R$ 3 mil a mais do que os outros. A criação da SMPEO, sobre a qual eu me posicionei contrariamente naquele momento, representou para os cofres do Município uma despesa de R$ 100 milhões a mais por ano. De novo, não sou contra a SMPEO, não sou contra a gratificação em si, eu sou contra a falta de uma visão uniforme, unitária e isonômica das gratificações. Eu trabalharia essa questão aqui, Srs. Vereadores, num conceito de plano de carreira para a Prefeitura, num conceito de olhar as outras secretarias. Quando eu fui secretário de Urbanismo, vereadores, muitas vezes tinham arquitetos e engenheiros que queriam sair da minha secretaria para ir para ir para a Fazenda ou para a Procuradoria, porque ganhariam R$ 2 mil a R$ 3 mil a mais simplesmente por irem para lá. Depois que nós criamos a gratificação da Procuradoria, depois que nós criamos a gratificação da Fazenda, depois que nós criamos a gratificação da SMPEO – com todo respeito aos servidores da SMPEO –, pararam os engenheiros e os arquitetos, e se criou aqui o que muitos lembram, o "capacetaço", porque, com razão, os engenheiros e os arquitetos também queriam sua gratificação. Se criou a GAM, gratificação por produtividade. E a GAM tem meritocracia, senhores? Como é que funciona a GAM? O chefe dá para os seus subordinados. E aí é uma brincadeira – desculpem –, de ver quem é que dá, quem é que não dá, porque o cara que é subordinado hoje vai ser chefe amanhã, ninguém faz aquela avaliação que, de fato, deveria ser feita. Na teoria, é muito interessante; na verdade, não funciona como deveria funcionar, voltado para o interesse público. O interesse público é o seguinte: é melhor desempenho, é meta de produtividade, é alcançar a produtividade para entregar para o cidadão aquilo que ele precisa. Agora, no apagar das luzes deste governo, nos estertores do governo Marchezan, uma secretaria que é estratégica, sim, para que os projetos andem, a SMPEO, recebe um tratamento diferenciado. Que os Srs. Vereadores votem e aprovem, *o.k.*, é um direito de cada um, mas é um dever meu e uma obrigação minha fazer esse alerta e essa advertência. Eu acho que, neste momento, Srs. Vereadores, criar mais uma gratificação diferenciada para uma carreira ou uma categoria dentro da Prefeitura não é bom, não é bom. Nada, de novo, contra a corporação que está no interesse dela, a corporação está no direito dela de pedir, mas eu trabalharia a lógica de pensar num plano de carreira para toda a Prefeitura, em gratificações que fossem uniformes para toda a Prefeitura, em medição de produtividade que obedecesse o mesmo padrão para toda a

Prefeitura, e não que eu continuasse aprofundando, como tem aqui, uma distorção dentro da Prefeitura, com respeito aos servidores da SMPEO que estão tratando aqui do interesse deles, mas não é do interesse do todo. É importante, talvez, para o prefeito, que a SMPEO funcione melhor, para ele não perder projeto como perdeu o de ontem, da Av. Severo Dullius? Talvez seja importante. Volto a dizer: está acabando o governo, tem mais oito meses. Os erros que não foram corrigidos até agora, ou a continuidade dos erros a partir deste momento, não é bom... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Eu quero fazer esse apelo aos senhores. De novo, não é contra os servidores da SMPEO, mas eu acho que eles podem esperar mais oito meses. Eu acho que os servidores da Prefeitura, como um todo, merecem que seja revisitado o plano de carreiras e merecem que as gratificações sejam olhadas no conjunto do serviço público. Porto Alegre gasta R$ 233 milhões por mês com folha de pagamento. Nós não podemos, neste momento, criar novas assimetrias entre os servidores públicos. Nós temos que ter um olhar uniforme. Nós precisamos olhar a floresta, não podemos olhar uma árvore, e não podemos continuar criando, de novo, essas distorções ou aprofundando essas distorções. Nós temos que ter respeito não por uma determinada categoria – e eu tenho –, mas nós temos que ter respeito por todas as categorias; todas elas merecem um tratamento isonômico, um tratamento equânime, um tratamento igualitário. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLCE nº 017/19.
O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/19.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Pujol, estava eu conversando com a assessoria da Prefeitura, por isso que atrasei um pouco. Eu quero, a partir da manifestação do amigo Ver. Valter Nagelstein, apenas registrar que vou votar favoravelmente, porque não se está criando nada, não se está aumentando as gratificações, nem diminuindo; se está apenas mudando o contexto da lei em razão da mudança da denominação da SMPEO, que hoje é a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, portanto vejo como necessária a aprovação. Mas quero concordar com V. Exa.

quando fala nas questões do amontoado de gratificações que tem prejudicado bastante, ou tem trazido divergências e distorções. Concordo, seria mais adequado uma regra mais permanente até de plano de carreira.

Eu quero aqui aproveitar essa oportunidade ímpar, Ver. Valter, para falar sobre gratificações. Eu sou servidor aposentado da Fazenda do Estado. E, na Fazenda do Estado, foi criado – isso há 10 anos, 12 anos atrás ou mais – o Prêmio de Produtividade e Eficiência, PPE, que nós recebemos há 10 ou 12 anos e sobre o qual pagamos religiosamente a previdência social – no caso, o IPE. Alguns deputados iluminados do nosso Estado, Ver. Paulinho, capitaneados pelo deputado Turra, apresentaram um projeto na Assembleia Legislativa retirando essa gratificação. Desde que foi instituída essa gratificação, nós não tivemos mais reajuste salarial, por quê? Porque o reajuste se dava em cima do aumento da produtividade, ou seja, em cima do algo a mais que se arrecadou durante esse tempo todo na Fazenda do Estado. Portanto, pagamos, contribuímos com a Previdência. Essa gratificação reduziu ou segurou o vencimento básico dos servidores. Agora, os deputados, na Assembleia, estão dizendo que é necessário retirar isso porque estamos aposentados. Na verdade, quem está apresentando isso não sabe – os deputados não estão sabendo, inclusive os do meu partido, vou repetir – que essa gratificação vem de longe, fez parte da nossa remuneração, contribuímos com a previdência. E isso, na verdade, apenas é um fogo de palha, porque eles sabem que, juridicamente, não tem como aprovar isso para tentar levar uma posição única e exclusivamente política e eleitoreira. Portanto, é perigoso quando se fala em gratificações, por isso eu acredito que devemos votar favoráveis a esse projeto, porque ele não cria nem extingue gratificações, apenas modifica denominações de secretarias. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/19.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Pujol. Colegas, acho que a essência do projeto é boa, a gente estava analisando essa questão das gratificações e também a forma como está se reorganizando essa função na Prefeitura. Estivemos conversando tanto com o governo quanto com outros parlamentares e

entendemos que especialmente a questão da paridade – que a gente mantenha essa questão de paridade – é importante e encarece uma correção no projeto. Então a minha emenda – eu faço questão de usar esse tempo para falar sobre a emenda que teve também acordo do governo – é uma emenda que visa a garantir que todos adentrem à regra dos dez anos, independentemente de onde vieram, se vieram de outra secretaria ou não, com cinco anos. Então, dessa forma, a gente garante a paridade. Eu gostaria, inclusive, de sugerir aos colegas que nós formássemos um bloco composto pela emenda do Ver. Moisés, que corrige aspectos do texto, e pela minha emenda, para que a gente não precise adentrar em cada uma delas separadamente. E aí, obviamente, eu peço o apoio dos colegas para que nós possamos fazer com que haja garantia de paridade na estipulação das gratificações e também fazer essas correções do texto em uma mesma votação para depois podermos aprovar este projeto que eu acho que é meritório – já manifesto aqui meu apoio a ele. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/19.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente Pujol, demais vereadores e vereadoras, este projeto nada mais é do que o ajuste necessário, tendo em vista a reforma administrativa que foi feita lá no início do governo, em determinado momento, e as secretarias tiveram novas denominações, então, alguns servidores que estavam na secretaria extinta precisam agora dessa reformulação para um novo regramento. Está explícito aqui no projeto que não há nenhum ônus para a Prefeitura, não há aumento de gasto também, e o servidor também não está perdendo nenhuma vantagem já adquirida nos projetos anteriores. Então ele faz muito mais o ajuste de nomenclaturas do que qualquer outra modificação estrutural na reforma que já foi feita administrativamente e nas leis pertinentes que regulam o Estatuto do Servidor. Portanto, eu acho que é um projeto importante para regularizar a situação desses próprios servidores que hoje estão em uma outra secretaria, com outra nomenclatura. Portanto, peço ajuda dos vereadores para aprovar e regularizar, de certa forma, a nomenclatura desses servidores. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação a Emenda nº 01 ao PLCE nº 017/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que sejam votadas em bloco as Emendas nº 02 e nº 03 ao PLCE nº 017/19.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade do Ver. Engº Comassetto e do Ver. Aldacir Oliboni.

Vereador Mauro Pinheiro (REDE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Emenda nº 01 ao PLCE nº 017/19, já que a votação foi simbólica.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Defiro seu pedido. Logo após concluirmos a votação do bloco das emendas, nós faremos a verificação da votação da Emenda nº 01, que foi requerida após estar aberta a votação do bloco das Emendas nº 02 e nº 03.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, Vereador Pujol, nós não concordamos em votar em bloco. Nós queremos votar emenda por emenda. Concordamos em fazer a renovação da votação da Emenda nº 01, e já peço que todas as emendas tenham votações que sejam feitas de forma nominal.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, a formação do bloco já foi definida por votação da maioria, registrando os votos contrários de V. Exa. e do Ver. Engº Comassetto. Não há como voltar atrás nesse sentido.

Vereador Dr. Goulart (PTB): Vereador, era para isso que eu queria chamar a atenção. Já foi até apregoado o resultado, e vai acabar ficando como jurisprudência se voltar atrás.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o bloco formado pelas Emendas nº 02 e nº 03 ao PLCE nº 017/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

Em verificação de votação, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 017/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 30 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE nº 017/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

Em discussão o PLE nº 030/19. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 01 ao PLE nº 030/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 5 votos **SIM**; 25 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 030/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**.

Apregoo requerimento de autoria dos vereadores Felipe Camozzato e Moisés Barboza, solicitando que o Ver. Felipe Camozzato integre a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR e que o Ver. Moisés Barboza integre a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB.

Em votação o requerimento de autoria dos vereadores Felipe Camozzato e Moisés Barboza. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**. Defiro o requerimento e encaminho às comissões.

Vereador Moisés Barboza (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCL nº 012/19. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, ao PLCL nº 012/19.

Em discussão o PLCL nº 012/19. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLCL nº 012/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLCL nº 012/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h45min.)